



COERP - Comunidade Evangélica Redenção Plena

Rua 14 de Outubro nº 235 - Vila Romanópolis - Ferraz de Vasconcelos - SP

CEP. 08501-190 - Telefone (011) 4678 1969 - CNPJ: 59.643.692/0001-39

ESTATUTO DA COMUNIDADE EVANGELICA REDENÇÃO PLENA

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE E AFINS

Registro de Títulos e Documentos e Civil de
Pessoa Jurídica da Comarca de Poá - SP
MICROFILME 0000050014

Art. 1º A COMUNIDADE EVANGELICA REDENÇÃO PLENA - COERP, fundada em 13/04/1976, doravante neste Estatuto, designada Igreja, é uma organização religiosa sem fins lucrativos, instituída por tempo indeterminado, inscrita no CNPJ: 59.643.692/0001-39 com sede e foro na cidade de Ferraz de Vasconcelos, à Rua 14 de Outubro - 235 - São Paulo - CEP 08501-190.

Art. 2º A Igreja reconhece e proclama Jesus Cristo como único Senhor e Salvador, aceita a Bíblia Sagrada como única regra de fé e prática, adotando os princípios deste Estatuto como norteadores de sua administração.

Art. 3º A Igreja pode abrir filiais em todo território nacional e no exterior mediante a deliberação do Conselho Deliberativo e da Assembleia, recebendo estas sempre a denominação da Igreja Sede, à qual estarão eclesiásticas, administrativamente e juridicamente subordinadas, não tendo autonomia jurídica ou fiscal.

§ 1º Entende-se por filiais as comunidades instaladas em local fixo com reuniões regulares e semanais.

§ 2º Entende-se por ponto de pregação o trabalho em local fixo independente da frequência.

§ 3º Para a existência de uma congregação, faz-se necessário a existência de:

I - A existência mínima de 36 (trinta e seis) membros, e de 3 (três) membros com capacidade de liderança espiritual e doutrinária.

II - Condições financeiras para a manutenção da congregação.

FINALIDADE DA IGREJA E PROFISSÃO DE FÉ

Art. 4º A Igreja tem por finalidade:

I - Estudar a Bíblia Sagrada, visando o doutrinamento e a edificação espiritual de seus membros.

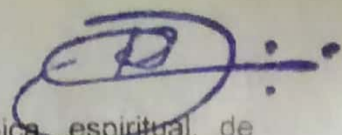
II - Reunir-se regularmente para culto de adoração a Deus, estudo da bíblia e pregação do evangelho.

III - Cultivar a comunhão, o bom relacionamento e a fraternidade cristã.

IV - Promover a expansão do Reino de Deus pela pregação do Evangelho de Jesus Cristo

RTD/PJ POÁ
PRENOTADO

RTD/PJ POÁ
PRENOTADO



V. - Criar serviços de assistência social, cultural, educacional, filantrópica, espiritual, de comunicação e contratar prestadores de serviços.

VI - Criar, apoiar e manter obras missionárias no país e no exterior.

VII - Batizar as pessoas que professam sua fé em Jesus Cristo, levando-as a uma vida de santificação, edificação e crescimento espiritual.

Parágrafo único - Para o cumprimento do estabelecido neste artigo e para outras atividades complementares ou afins **A Igreja** poderá constituir departamentos, ministérios, bem como organizações e associações especialmente para tais fins. As associações constituídas reger-se-ão por Estatutos próprios consoantes e harmônicos a estes.

Art. 5º A Igreja aceita e proclama a seguinte profissão de fé:

I - A Igreja reconhece e proclama Jesus Cristo como único Salvador e Senhor, tendo a Bíblia como única regra infalível de fé e prática. (Rm. 15:4; II Tm. 3:14-17; II Pe. 1:19-21);

II - Cremos na Trindade de Deus, sendo um Deus único e Verdadeiro e que se manifesta através das três pessoas, Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo; (Dt. 6:4-5; Mt. 28:19; Mc. 12:29; Jo. 17:3; I Jo. 5:7);

III - Cremos na Ceia do Senhor, como memorial de Cristo e unidade da Igreja e propagação do evangelho (Lc. 22:19-23);

IV - Cremos que Deus instituiu a família como sendo a união por meio do casamento entre homem e mulher (Gn. 2:24 e Ef. 5:31);

V - Cremos na apresentação de crianças separando-as com permissão dos pais, ao Deus Eterno (Lc. 2:22-23);

VI - Cremos no batismo com o Espírito Santo e em todos os dons e manifestações decorrentes dele para edificação, consolação e exortação da sua igreja, como válidos e presentes para a igreja de hoje (I Co. 12:28-30);

VII - Cremos no jejum e oração como forma espiritual de consagração e devoção a Deus;

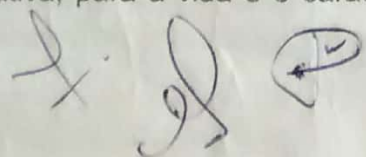
VIII - Cremos nos dízimos e ofertas como forma de sustento de Deus para a Igreja;

IX - Cremos na necessidade do novo nascimento do espírito do homem (João 3:3) que estava morto (Efésios 2:1) mediante a fé em Cristo pelo poder do Espírito Santo e da palavra de Deus, para tornar o homem digno do Reino dos céus e para o encontro com Jesus no arrebatamento, íntegros e irrepreensíveis (1 Tessalonicenses 5: 23).

X - Cremos na segunda vinda do Senhor Jesus Cristo, quando arrebatará a sua Igreja na instauração do milênio (1 tessalonicenses 4:17; Mateus 24:21; Marcos 13: 19 a 23; Apocalipse 20:2,4 e 6). Bem como o juízo vindouro que justificará os fiéis e condenará os infiéis (Apocalipse 20:11-15).

XI - Cremos na necessidade e na possibilidade de viver uma vida santa, mediante a obra expiatória e redentora de Jesus através do poder regenerador, inspirador e santificador do Espírito Santo, que nos capacita a viver como fiéis testemunhas do poder de Jesus (Hebreus 9:13-14, I Pedro 1:15-16).

XII - Cremos na inspiração verbal da bíblia sagrada, como regra única e infalível de fé normativa, para a vida e o caráter do cristão (II Timóteo 3:14-17; II Pedro 1:19-21; Romanos 15:4).



RTD/PJ POÁ
PRENOTADO

RTD/PJ POÁ
PRENOTADO

XIII – cremos no nascimento virginal de Jesus Cristo, em sua morte vicária e expiatória, em sua ressurreição corporal dentre os mortos, em sua ascensão vitoriosa aos céus (Isaias 7:14; Lucas 1:27-28; Romanos 8:34; Atos 1:9-11).

XIV – cremos na pecaminosidade do homem a qual o destituiu da glória de Deus, e somente por meio da fé na obra expiatória e redentora de Jesus Cristo é que pode restaurá-lo a Deus (Romanos 3:23; Atos 3:19; I João 1:7-9).

CAPÍTULO II DOS MEMBROS

Registro de Títulos e Documentos e Civil de
Pessoa Jurídica da Comarca de Poá - SP
MICROFILME 0000050014

Art. 6º A Igreja tem o seu rol de membros composto por pessoas que professam sua fé em Jesus Cristo como único Salvador e Senhor aceitando voluntariamente as doutrinas bíblicas e estatutárias.

Art. 7º São considerados membros da Igreja, sem distinção de idade, sexo, nacionalidade ou etnia, as pessoas recebidas por decisão em Assembleia Ordinária, conforme segue:

- I – Por batismo bíblico e pública profissão de fé perante a igreja;
- II – Por carta de apresentação ou transferência de outra igreja que professe a fé cristã;
- III – Por aclamação ou apresentação mediante o testemunho e declaração de princípios doutrinários da Igreja;
- IV – Por reconciliação, quando comprovado que cessou a razão que motivou o desligamento ou exclusão.

Parágrafo único - O pedido de ingresso no rol de membros da Igreja somente será aceito mediante expressa declaração do interessado que afirma conhecer e aceitar os termos estatutários e doutrinários da Igreja bem como as práticas e disciplina aplicada por ela em suas decisões. Diante de tal convicção do interessado a ser membro, a sua inclusão não poderá ser feita por procuração.

Art. 8º Em cumprimento ao artigo 54 do inciso II do código civil perderá a condição de membro

- I – Mediante solicitação de transferência para outra denominação evangélica;
- II – Para aquele que solicitar sua exclusão do rol de membros, independentemente dos motivos.
- III – Falecimento;
- IV – Exclusão.

Art. 9º Os membros que procederem desordenadamente, desonrando o nome de Jesus Cristo, contrariando os ensinamentos da Bíblia serão disciplinados com:

- I – Exortação, busca da conscientização, consequências e correção ante o erro;
- II – Afastamento das atividades ministeriais;
- III – Exclusão do rol de membros da Igreja pelo Conselho Deliberativo, após processo de análise das questões suscitadas, no qual será assegurada a ampla defesa e o contraditório, observada as seguintes hipóteses:

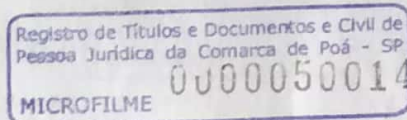
a) Aquele que trazer prejuízo, moral, ético e financeiro a Igreja, expondo-a a riscos processuais em quaisquer áreas do direito;

b) Aquele que ausentar-se dos cultos ou atividades da Igreja pelo tempo de 6 (seis) meses, caracterizando abandono e desinteresse;

§ 1º No caso do item "b" do item III deste artigo, os membros indicados deverão ser contatados/visitados para esclarecer o motivo de sua ausência, a fim de trazê-lo de volta a Igreja. Só após o contato e manifestação expressa do membro seu cadastro será considerado ativo novamente.

§ 2º Direito algum poderá ser reivindicado por aquele que deixar de ser membro da Igreja, independente do motivo.

DIREITOS E DEVERES



Art. 10º São direitos dos membros:

I – Participar das atividades da Igreja, como cultos, celebrações e eventos promovidos por ela, bem como ministérios e departamentos;

II – Participar das assembleias, com direito ao uso da palavra e voto.

III – Votar e receber votos para cargos e funções, desde que seja habilitado para isso;

IV – Receber assistência espiritual;

Parágrafo único - Membros que não atingiram a maioridade civil são impedidos de fazerem parte da Diretoria da Igreja, bem como votar nas assembleias.

Art. 11º Os membros não têm direito algum sobre os bens e patrimônios da Igreja.

Art. 12º São deveres dos membros:

I – Participar regularmente das atividades da Igreja, observando o disposto na alínea "b" do item III do artigo 9º deste Estatuto.

II – Manter conduta compatível com os princípios éticos, morais e espirituais de acordo com os princípios bíblicos;

III – Exercer com zelo e dedicação os cargos e funções que for eleito ou indicado;

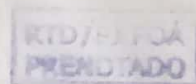
IV – Observar o presente Estatuto, as declarações doutrinárias e as deliberações tomadas pela Igreja, em suas assembleias ou através da Diretoria, zelando pelo seu cumprimento;

V – Acatar as medidas disciplinares instituídas pela Igreja, submetendo-se as autoridades pastorais ou quem por elas indicado;

VI – Sustentar a Igreja local em seus projetos e objetivos através da observação dos dízimos e ofertas.

CAPÍTULO III

COMPOSIÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

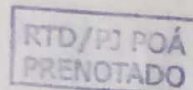


Art. 13º A Comunidade Evangélica Redenção Plena - COERP será dirigida pela Assembleia Geral em conjunto com o Conselho Deliberativo.

Art. 14º A Assembleia compõe-se de todos os membros devidamente arrolados na igreja, tendo como seu secretário e presidente os mesmos do Conselho Deliberativo;

Art. 15º São deveres da Assembleia Geral:

I – Aprovar, reformar, alterar, ou emendar o presente Estatuto.



II – Instituir pastores e diáconos, dentre os candidatos apresentados pelo Conselho Deliberativo;

III – Decidir sobre a aquisição, alienação ou oneração de imóveis da Igreja;

IV – Aprovar o relatório financeiro e as contas da Igreja, congregações e departamentos internos, após o exame do Conselho Fiscal, designado para tal fim.

V – Requerer do Conselho Deliberativo explicações assim como decidir sobre a permanência ou sucessão pastoral;

VI – Eleger os membros do conselho fiscal, secretários, tesoureiros.

Registro de Títulos e Documentos e Civil de
Pessoa Jurídica da Comarca de Poá - SP

MICROFILME Du00050014

Art. 16º A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez ao ano para cumprir o disposto no artigo 14º alínea IV deste Estatuto.

Parágrafo único - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente a cada 2 (dois) anos para cumprir o disposto no artigo 14º alínea VI deste Estatuto.

Art. 17º A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente a qualquer momento, por convocação do Conselho Deliberativo, ou por apresentação de requerimento por membros que constituam o "quórum" mínimo de 1/3 dos membros devidamente arrolados. Sempre observando a clareza no assunto que motivou a solicitação.

Art. 18º As assembleias sempre serão convocadas por edital de convocação, pelo Conselho Deliberativo através de seu presidente ou substituto legal, que presidirá as sessões, sempre obedecendo a antecedência mínima de 07 dias, tanto para ordinárias quanto extraordinárias.

§ 1º – O "quórum" será formado pela metade mais 1 dos membros ativos na Igreja, exigindo a mesma regra para os membros do Conselho Deliberativo.

§ 2º – Não havendo "quórum" na primeira chamada, a Assembleia reunir-se-á em segunda chamada após meia hora, com qualquer número de membros, desde que obedeça a composição do Conselho Deliberativo.

§ 3º – As decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes votantes.

Art. 19º O Conselho Deliberativo será formado por Presidente, vice-presidente, tesoureiros, secretários e integrantes do conselho fiscal

I - Pastores, pastores auxiliares, evangelistas, diáconos, integrantes do conselho fiscal, tesoureiro e secretários eleitos pela Assembleia Geral;

II - Discipuladores, que foram chamados pelo pastor presidente para desempenharem em conjunto com ele o papel da liderança da igreja;

Parágrafo único – Entendemos o chamado a liderança uma grande benção que acarreta também responsabilidades no trabalho espiritual e administrativo, por isso a qualquer momento os integrantes da liderança por qualquer que seja o motivo poderão apresentar carta de renúncia a função, não resultando em nenhuma consequência.

Art. 20º Compete exclusivamente Igreja.

I – Manter atualizada sua escrita fiscal, contábil, bem como seu rol de membros, fichários, livros e atas de assembleias;

II – Prover o sustento pastoral e dos demais funcionários, sempre obedecendo as condições econômicas, a fim de manter a saúde financeira da Igreja.

Art. 21º Compete ao Conselho Deliberativo:

I – Administrar os bens de maneira que atenda às necessidades da Igreja.

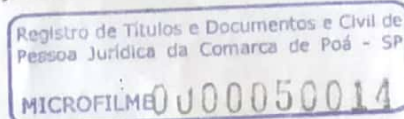
RTD/PJ POÁ
PRENOTADO

II – Superintender toda movimentação financeira da **Igreja**, recebendo doações onerosas ou não;

III – Examinar relatórios de departamentos internos e das congregações.

IV - Admitir e demitir funcionários da **Igreja**.

V – Nomear os líderes de ministérios ou departamentos.



VI - Programar, dirigir e orientar toda atividade espiritual da **Igreja**, sempre observando os princípios bíblicos.

VII – Apresentar para assembleia os postulantes aos cargos que demandam aprovação, inclusive a admissão ou sucessão pastoral.

VIII - Receber e processar as acusações contra pastores, diáconos e evangelistas de acordo com I Timóteo 5:19-22. Encaminhando o assunto para conhecimento da assembleia.

IX - Cumprir e fazer cumprir rigorosamente o estatuto.

X - Deliberar sobre a convocação das reuniões solicitadas por membros e assembleias.

XI - Autorizar a obtenção de empréstimos e a celebração de contratos.

XII - Elaborar e apresentar a igreja o relatório das contas e o balanço anual para apreciação e aprovação.

§ 1º – Exercerão todas as atividades voluntariamente sem recebimento de qualquer tipo remuneração ou auxílio financeiro sendo ainda, vedada a distribuição de lucros, bonificação ou vantagens aos membros do Conselho, sob qualquer pretexto, fica excluído apenas o pagamento a título de reembolso.

§ 2º – O mandato do Conselho Deliberativo será bianual, destituídos mediante renúncia ou por decisão da Assembleia Geral.

§ 3º – No caso de vacância, o Conselho Deliberativo se reunirá extraordinariamente para preenchimento do cargo.

Art. 22º - Compete ao Presidente:

I - Fazer com que seja alcançada a finalidade da **Comunidade Evangélica Redenção Plena**, discriminada neste Estatuto.

II - Supervisionar todas as atividades, bem como representar a **Igreja** junto as Repartições Públicas Federais, Estaduais e Municipais.

III - Em conjunto com o Conselho Deliberativo nomear e demitir os empregados da entidade, quando for necessário.

IV - Sob a autorização **EXPRESSA** do Conselho Deliberativo o Presidente poderá em conjunto com o Tesoureiro:

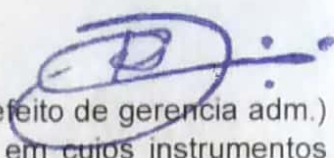
V - Firmar compromissos comerciais, comprar, vender, permutar e outros necessários para o bom desempenho de suas funções e interesses da **Igreja**.

VI - Autorizar a movimentação de fundos da entidade, abrir e encerrar contas bancárias e movimentá-las, contrair empréstimos e celebrar contratos de interesses da entidade.

VII - Receber e transmitir, por escritura de compra e venda imóveis;

VIII - Adquirir bens imóveis e aceitar doações com encargos onerosos.

IX - Alienar e hipotecar, dar caução ou permuta de bens da entidade.


X - Em conjunto com o tesoureiro, constituir mandatários "ad negotia" (efeito de gerência adm.) e "ad judícia" (cláusula que nomina a procuração para fins judiciais), em cujos instrumentos devem constar, obrigatoriamente, o prazo de validade, exceção feita aos instrumentos com poderes da cláusula "ad judícia" que serão outorgados por tempo indeterminados.:

XI - Presidir as reuniões da diretoria subscrevendo com o secretário as respectivas Atas.

XII - Em conjunto com o Conselho Deliberativo nomear os Líderes de Ministérios existentes ou os que forem criados para melhorar o desempenho e coordenação dos trabalhos e das atividades desenvolvidas na Igreja.

XIII - Autorizar, acompanhar e gerir os planos de trabalho aprovado pelo Conselho.

Art. 23º - Compete ao Vice-Presidente:

I - Auxiliar o Presidente e substituí-lo com plenos poderes em seus impedimentos, ou por delegação de poderes.

Art. 24º Compete ao Secretário:

I - Supervisionar, organizar e dirigir os serviços da Secretaria.

II - Secretariar as sessões das reuniões do Conselho Deliberativo, redigir e subscrever as respectivas Atas.

Art. 25º - Compete ao Tesoureiro em conjunto com o Presidente:

I - Supervisionar, organizar e dirigir serviços de tesouraria, zelando pelo equilíbrio, correção e propriedade Orçamentária da Igreja.

II - Arrecadar a receita e efetuar pagamento das despesas, movimentar as contas bancárias, com poderes para abrir e encerrá-las, junto à Caixas Econômicas, Autarquias, Companhias Mistas, Estabelecimentos Bancários, Financiamento, emitir, endossar e sacar cheques, notas promissórias, cambiais, contratos, borderôs, relações, depositar, transferir, assinar e dar quitação e outorgar procuração.

III - Dirigir e fiscalizar a contabilidade, zelando para que seja feita de forma legal e dentro dos princípios éticos de administração, e ter sob sua guarda os livros e documentos necessários para esses fins e apresentar os relatórios devidos ao Conselho Fiscal e ao Conselho Deliberativo.

IV - Apresentar mensalmente, ao conselho deliberativo, o balanço do movimento da receita e despesas do mês anterior.

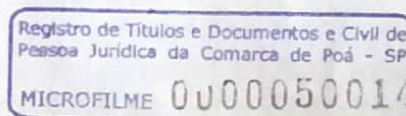
V - Guardar sob sua responsabilidade, todos os valores em moeda ou títulos pertencentes à COERP.

VI - Em conjunto com o presidente, constituir mandatários "ad negotia" e "ad judícia", cujos documentos devem constar, obrigatoriamente, o prazo de validade de exceção feita aos instrumentos com poderes da sua cláusula "ad judícia" que serão outorgados por tempo indeterminado.

CAPÍTULO IV

O CONSELHO FISCAL

Art. 26º O Conselho Fiscal será composto por três conselheiros com mandato bianual, que serão eleitos pela Assembleia em conjunto com o Conselho Deliberativo.



§ 1º - O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente uma vez ao mês para análise dos documentos da **Igreja** e obrigatoriamente uma vez ao ano, de preferência nos primeiros meses do ano, com o objetivo de:

I - Examinar e aprovar as contas da **Igreja**, do exercício findo do ano anterior;

II - Apresentar a prestação de contas a igreja;

III - Outros assuntos de interesse da **Igreja**.

§ 2º - Além da análise mensal e da reunião anual para aprovação das contas, faz parte das atribuições do Conselho Fiscal uma apresentação semestral das contas à **Igreja**, trazendo conhecimento e clareza aos membros.

CAPÍTULO V

MINISTÉRIO PASTORAL.

Registro de Títulos e Documentos e Civil de
Pessoa Jurídica da Comarca de Poá - SP

MICROFILME 0000050014

Art. 27º A **Igreja** terá um pastor, com os valores deste Estatuto e das doutrinas da **Igreja**, tenha reconhecida capacidade teológica, espiritual, moral e intelectual, conforme os padrões estabelecidos em I Timóteo 3:1-7 e Tito 1:5-9.

§ 1º O pastor deverá dedicar tempo adequado a oração e ao preparo expositivo, tornando sua mensagem bíblicamente fundamentada, teologicamente correta e claramente transmitida.

§ 2º O pastor será sustentado pela **Igreja**, respeitando as leis vigentes e a capacidade orçamentária da **Igreja**, tendo seus vencimentos estipulados no momento da admissão pelo Conselho Deliberativo.

Art. 28º O pastor titular poderá ser exonerado de seu cargo, a seu pedido ou por justa causa quando houver desvio moral, doutrinário e administrativo, tratando-se de justa causa enquadrando-se ao disposto no artigo 8 I, II, III, a, b, parágrafo 1º e 2º, por ser o pastor titular a decisão será encaminhada pelo Conselho Deliberativo e deverá ser aprovada pela Assembleia Extraordinária, seguindo todo o rito previsto neste Estatuto.

CAPÍTULO VI

DA RECEITA E DO PATRIMONIO

Art. 29º A receita da **COMUNIDADE EVANGÉLICA REDENÇÃO PLENA** é constituída de dízimos, ofertas e doações de forma voluntárias de seus membros por ato de fé, não podendo ser reivindicados sob qualquer alegação.

Art. 30º Também são considerados os aluguéis, dividendos, rendimentos de apólices, juros ou outros rendimentos de Procedência honesta, idônea e legal. O patrimônio se constituirá de legados móveis, imóveis, ações, títulos mobiliários, registrados em seu nome. Os bens ou rendimentos serão aplicados direta ou indiretamente para a realização dos fins descritos neste Estatuto.

Art. 31º Os membros da **Igreja** não são participantes de seu patrimônio, nem responde por quais quer obrigações por ela contraída, mesmo que subsidiariamente bem como não responde a **COMUNIDADE EVANGÉLICA REDENÇÃO PLENA - COERP** pelas obrigações contraídas por seus membros conforme o artigo 46 inciso V código civil.

Art. 32º - Em caso de dissolução da **COERP**, seus bens serão vendidos e liquidados todas as obrigações. O saldo remanescente será revertido para obras assistenciais mantidas até então pela mesma ou para uma instituição filantrópica evangélica, reconhecida oficialmente como de utilidade pública, a critério da Assembleia Extraordinária que decidir pela dissolução.

RTD/PJ POÁ
PRENOTADO

RTD/PJ POÁ
PRENOTADO

CAPÍTULO VII
DA REFORMA DESTE ESTATUTO

(D)

Art. 33° O presente Estatuto, pode ser reformado, no todo ou em parte e em qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos participantes, em reunião de Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim, e entrará em vigor na data do seu registro em Cartório.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Registro de Títulos e Documentos e Civil de
Pessoas Jurídicas da Comarca de Poá - SP
MICROFILME 0000050014


Art. 34° Os casos omissos no presente Estatuto, serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo, e referendados "a posteriori" pela Assembleia Geral.

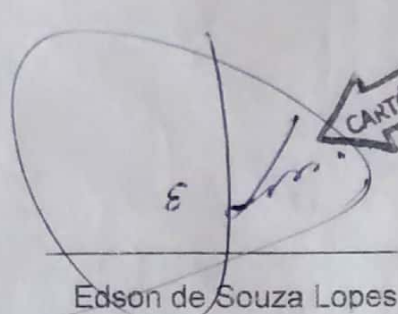
Art. 35° O presente Estatuto foi aprovado pela Igreja em 07/09/2019 na Assembleia Extraordinária entrando em vigor a partir do momento do seu registro no cartório competente, ficando revogadas as disposições em contrário, substituindo integralmente o estatuto vigente anteriormente.

Registro de títulos e Documentos e Civil de
Pessoas Jurídicas da Comarca de Poá - SP
PRENOTAÇÃO 0000054068

Registro de títulos e Documentos e Civil de
Pessoas Jurídicas da Comarca de Poá - SP
PRENOTAÇÃO 0000053899

Ferraz de Vasconcelos, 07 de setembro de 2019.


Marcia Fantini de Oliveira Rodrigues
Advogada OAB/SP n.º 159143



Edson de Souza Lopes
Pastor Presidente
RG n.º 15.479.678-5

RTD/PJ POÁ
PRENOTADO

RTD/PJ POÁ
PRENOTADO


Marisa Barbosa dos Santos
Secretária
RG n.º 9.176.771

1. do Registro Civil das Pessoas Naturais.
Tutelas e Tabelião de Notas da
Comarca de Ferraz de Vasconcelos - SP
P.J.: 50.215.979/0001-93
a Chacon Monteiro de Castro
Barbosa, 168 - CEP 06000-110


CARTÓRIO CHACON
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
NOTAS DO MUNICÍPIO E COMARCA DE FERRAZ DE VASCONCELOS-SP
R. Oliveira Rodrigues Barbosa, 168 - Centro - CEP: 06000-110 - Ferraz de Vasconcelos - SP - Tel. (11) 4619-1378
VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE
Reconhecido, por semelhança, as firmas de: MARCIA FANTINI DE OLIVEIRA
RODRIGUES e EDSON DE SOUZA LOPES, (c/vl.econ.).
Ferraz de Vasconcelos, 24 de outubro de 2019.
Em testemunho da verdade.
SAMIRA KAPRIKIAN - SECRETÁRIA
(29/20191024110524) / Preço p/firma R\$ 9,48 / Total R\$ 18,96